



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

**Processo nº:** 13.552/15

**Jurisdicionada:** Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF

**Assunto:** Licitação/Representação

**Órgão Técnico:** Núcleo de Recursos – NUREC

**MPC:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Advogado:** Dr. André Puppim Macedo (OAB/DF nº 12.004)

**Sessão:** Pauta nº 53, S.Ex. nº 96, de 9.12.2020

**Publicação:** DODF nº 229, de 7.12.2020

**Ementa:** Pregão Eletrônico nº 04/2015, promovido pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLUDF, para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos, conforme especificações do edital.

Suspensão do procedimento licitatório até ulterior deliberação do Tribunal e determinações à jurisdicionada (Decisão nº 2.165/15-CMA).

Representação oferecida pela empresa Valor Ambiental Ltda. Procedência parcial da peça e autorização para continuidade do certame, condicionada ao atendimento de determinação (Decisão nº 926/16-CMA).

Representação apresentada pela Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral Ltda. – COOPERCAM. Improcedência (Decisão nº 2.379/16-CMA).

Representação formulada por pessoa física, acerca de possíveis irregularidades em relação à aquisição de contêineres inadequados à coleta de resíduos sólidos. Procedência parcial e determinação à jurisdicionada para adoção de providências com vistas à obtenção do ressarcimento dos valores pagos a maior no âmbito do Contrato nº 09/2016 (Decisão nº 1.287/20-CIMF).

Interposição de Pedido de Reexame pela empresa Valor Ambiental Ltda.

**Nesta fase:** análise de mérito do recurso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

PARECERES CONVERGENTES: desprovemento do apelo, mantendo incólumes os termos da Decisão nº 1.287/20-CIMF.

VOTO de acordo com os Pareceres.

### RELATÓRIO

Cuidaram os autos, inicialmente, do exame do edital do Pregão Eletrônico nº 04/2015, promovido pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos.

2. Constatadas impropriedades, o Tribunal determinou a suspensão do certame e a adoção de medidas corretivas, conforme Decisão nº 2.165/15-CMA (e-doc 6BD0BE75-e).

3. Ato contínuo, foram oferecidas as seguintes representações, formuladas:

a) pela empresa Valor Ambiental Ltda. (e-doc 8A7AD252-c), insurgindo-se sobre possíveis irregularidades na referida licitação. A peça foi considerada **parcialmente procedente** e autorizada a continuidade do procedimento licitatório, condicionada ao cumprimento de determinações (Decisão nº 926/16-CMA, e-doc AB924B56-e);

b) pela Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral Ltda. – COOPERCAM (e-doc 00C544F8-c), relatando supostos vícios de legalidade no instrumento convocatório. A peça foi considerada **improcedente** (Decisão nº 2.379/16-CMA, e-doc 8C6C2665-e).

c) pelo Sr. Raimundo Cosmo de Lima Filho (e-doc CC83DB54-c), noticiando a possível aquisição de contêineres inadequados à coleta de resíduos sólidos, no âmbito de contrato administrativo firmado entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU e a empresa Valor Ambiental Ltda.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

4. Para analisar o teor desta última representação, a Corte solicitou esclarecimentos à jurisdicionada, concedeu prazo para a empresa contratada se manifestar (Decisão nº 5.865/18-CIMF, e-doc AD900B3A-e) e autorizou a realização de inspeção (Decisão nº 2.304/19-CIMF, e-doc EA173E96-e).

5. Na Sessão de 29.4.2020, o Tribunal, acolhendo o Voto do Relator, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, exarou a Decisão nº 1.287/20 (e-doc 476887F1-e), **in verbis**:

### **DECISÃO Nº 1.287/20 (CIMF)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEIGDF n.º 1.790/2019-SLU/PRESI e dos seus respectivos anexos, encaminhados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF (e-DOC E5A2DE9B-c); b) do documento de e-DOC 143CE152-c, encaminhado pela empresa Valor Ambiental Ltda.; c) da Informação n.º 13/2020-2ª Digem (e-DOC 34472A83-e); d) do Parecer n.º 166/2020-G4P (e-DOC 533D9DD4-e); e) dos demais documentos juntados aos autos; II – considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação de e-DOC CC83DB54-c, formulada por pessoa física; III – com fulcro no art. 65, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, c/c o art. 45 da LO/TCDF, determinar ao SLU/DF que adote as medidas necessárias para a restituição à autarquia dos valores pagos a maior à empresa Valor Ambiental Ltda., no curso do Contrato n.º 09/2016, relativos à diferença entre o valor do contêiner orçado no âmbito do Terceiro Termo Aditivo e aquele efetivamente praticado pela empresa contratada, conforme identificado nos autos em exame, promovendo-se, assim, o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, devendo a jurisdicionada observar o devido processo legal no âmbito administrativo e informar ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, o resultado das providências empreendidas; IV – dar ciência desta decisão ao signatário da representação de e-DOC CC83DB54-c; V – autorizar: a) o envio de cópia da Informação n.º 13/2020-2ª Digem, do Parecer n.º 166/2020-G4P, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao SLU/DF e ao representante legal da empresa Valor Ambiental Ltda., para subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas.*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.” (Grifei)*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

6. Inconformada, a empresa Valor Ambiental Ltda. interpôs o Pedido de Reexame constante do e-doc 8E4CDFE4-c, o qual foi conhecido, com efeito suspensivo, por meio da Decisão nº 2.919/20-CPM (e-doc B03F343E-e).

7. Nesta fase, analisa-se o mérito do referido recurso.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8 O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 232/2020 – NUREC (e-doc DCE04A1D-e), de 26.10.2020, analisa a matéria nos termos seguintes:

#### **“II. DAS RAZÕES RECURSAIS**

10. A recorrente pretende que seja reexaminada a matéria da Decisão nº 1287/2020 referente à restituição dos valores dos contêineres nacionais que foram adquiridos e instalados no âmbito do Contrato nº 09/2016 celebrado com o SLU/DF, a partir do Terceiro Termo Aditivo (peça 170, pág. 6).

11. Segundo a recorrente, no cálculo da diferença em desfavor da empresa, a unidade técnica desconsiderou os custos reais efetivos inerentes ao fornecimento e instalação dos contêineres semienterrados (peça 170, pág. 6).

12. Apresenta informações no Quadro 1, das quais destaca que apesar de na coluna “Descrição” aparecerem algumas variações nas denominações dos contêineres semienterrados, as notas fiscais emitidas pela Guajará e pela Gmax referem-se ao mesmo equipamento (peça 170, pág. 6).

13. A partir dessa informação anuncia que houve equívoco de interpretação quando da análise do item “IV-b”, que trata “Da economicidade da alteração contratual consignada no Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2016”. Assevera que o equívoco fica evidente quando comparado com a manifestação do SLU constante do item II do Relatório de Inspeção (peça 170, pág. 7).

14. Afirma que todos os contêineres semienterrados instalados após a celebração do Terceiro Termo Aditivo foram do mesmo modelo (Metálicos, 5m³ e seguindo as demais especificações estabelecidas pelo SLU/DF). Assim, conclui que não se pode fazer ilação de que os últimos 20 (vinte) contêineres do tipo “cápsula enterrada” fornecidos pela GMAX seriam de “especificação



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

*diferente”, por mero formalismo na discriminação do produto nas respectivas notas fiscais (peça 170, págs. 7/8).*

*15. Destaca trechos do Relatório de Inspeção no intuito de corroborar suas conclusões quanto à integral conformidade dos contêineres fornecidos e instalados pela empresa Valor Ambiental Ltda. Entende restar demonstrado que não há como prosperar a diferença de aproximadamente R\$ 14.000,00 apontada pela unidade técnica nos preços dos equipamentos importado e nacional (peça 170, págs. 8/9).*

*16. A partir das informações que constam do Quadro 1, salienta que a média ponderada das notas fiscais de aquisição dos 88 contêineres equivale a R\$ 32.829,55. Reclama que a este valor devem ser agregados custos relativos a itens que são intrínsecos e obrigatórios do rol das aquisições dos contêineres (peça 170, pág. 9).*

*17. Nesse sentido, destaca que os contêineres fornecidos pela empresa Guajará demandaram a aquisição de conjunto de molde e copos pré-moldados e de dois tipos de dispositivos hidráulicos e de içamento, caixas acopladas, específicos para engate em cada tipo de modelo de tampa fornecida, além de uma série de itens complementares necessários para permitir o cumprimento do objeto contratado. Com relação aos contêineres adquiridos da empresa Gmax, afirma a recorrente que tais itens também compuseram o escopo do fornecimento dos equipamentos, face às peculiaridades construtivas em relação aos modelos dos contêineres da empresa Bauer, que impossibilitaram o aproveitamento integral dos dispositivos complementares existentes (peça 170, pág. 9).*

*18. Apresentadas essas considerações, conclui que o “pacote” contêiner semienterrado deve ser computado sob a forma de rateio no rol de investimentos para cumprir o objeto. Dessa forma, esses gastos complementares que totalizaram R\$ 245.101,10 são apresentados pela recorrente no Quadro 2, cujo rateio entre os 88 contêineres, possibilitaria acrescentar a cada um dos equipamentos o valor médio de R\$ 2.785,24, perfazendo o montante de R\$ 35.614,79 (peça 170, págs. 9/10).*

*19. No Quadro 3, a recorrente consolida o total dos custos com as obras de instalação de contêineres que teriam alcançado o montante de R\$ 4.274,38, não obstante o valor estabelecido no Terceiro Termo Aditivo perfazer a quantia de R\$ 3.132,21 por contêiner. Com isso reclama que a diferença de R\$ 1.142,17 deveria ser apropriada ao valor unitário anteriormente calculado, chegando-se ao total de R\$ 36.756,96, que afirma ser bem inferior ao efetivamente pago à empresa (peça 170, pág. 11).*

*20. Ainda nessa linha de rateio de outros custos no intuito de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

*acréscimo ao valor individual do contêiner, a recorrente alega que teria ofertado dois caminhões compactadores especiais trucados para a coleta de contêineres semienterrados dos pontos de “papa-lixo”. Assim, o valor dessas duas unidades de frota compactadora teria atingido R\$ 150.000,00 que, rateado pelos 88 contêineres, chegaria à quantia de R\$ 1.704,54, o que resultaria em R\$ 38.461,50 a ser atribuído ao custo individual do equipamento (peça 170, pág. 12).*

*21. Por fim, conclui que para cumprir o objeto do Terceiro Termo Aditivo, relacionado ao fornecimento e instalação de contêineres semienterrados para a coleta de resíduos domiciliares nas áreas de difícil acesso, a recorrente teve custos compatíveis com aqueles preços assumidos, não havendo que se falar em prejuízo ao erário e tampouco em restituição de valores, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração (peça 170, pág. 13).*

*22. Assim, requer que seja reformado o item III da Decisão nº 1287/2020, anulando a determinação de que a empresa Valor Ambiental Ltda. restitua ao SLU/DF os valores pagos a maior, relativos à diferença entre o valor do contêiner orçado no Terceiro Termo Aditivo e o efetivamente praticado pela empresa (peça 170, pág. 13).*

### **III. ANÁLISE**

*23. Conforme consta da versão final do Relatório de Inspeção, o ponto principal da discussão refere-se à aquisição de contêineres por preço inferior ao cotado pela Administração, aprovado pela contratada e repassado ao Contrato nº 9/2016 mediante o Terceiro Termo Aditivo (peça 156, pág. 19).*

*24. Examinando-se o Volume XIII do Processo GDF nº 094.000.480/2015<sup>1</sup>, observa-se que o acréscimo de preço decorrente do Terceiro Termo Aditivo em favor da empresa Valor Ambiental Ltda. tem origem no orçamento obtido da empresa Guajará Ambiental Ltda., em 12/07/2017, no valor unitário de R\$ 38.890,00, para a aquisição de contêiner fabricado em aço galvanizado, com capacidade volumétrica de 5m<sup>3</sup> (fls. 3053/3054\*).*

*25. Conforme Planilha Resumo Comparativa de Custos, ao considerar o preço unitário de aquisição do contêiner cotado em R\$ 38.890,00, acrescido dos demais custos, o valor total por tonelada do item licitado “P1 – Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares” passou de R\$ 95,87 para R\$ 119,10, perfazendo acréscimos de 24,23% no item e 6,64% no valor do contrato. (fls. 3098/3100\*).*

*26. Portanto, a partir da celebração do Terceiro Termo Aditivo (fls.*

---

<sup>1</sup> Associado aos presentes autos no Sistema e-TCDF.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

3105/3107\*), assinado em 15/09/2017, o SLU/DF passou a remunerar a empresa Valor Ambiental Ltda. com o preço de R\$ 119,10 por tonelada referente ao item P1 previsto no Contrato nº 9/2016.

27. Ocorre que durante a fiscalização realizada nestes autos, mediante a Nota de Inspeção nº 4/2019 (peça 151), a unidade técnica solicitou ao SLU/DF cópias das notas fiscais relativas aos valores pagos pela Empresa Valor Ambiental Ltda. na aquisição dos contêineres.

28. Na resposta da autarquia (peça 152) é possível constatar que os preços unitários dos contêineres efetivamente adquiridos pela Valor Ambiental Ltda. foram inferiores ao valor de R\$ 38.890,00 repassado ao SLU/DF e que resultou na alteração contratual de R\$ 95,87 para R\$ 119,10 por tonelada relativa ao item “P1 – Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares”. Dentre as notas fiscais, verificou-se aquisição de contêineres ao preço unitário de R\$ 21.100,00 da empresa Gmax (peça 152, págs. 14/16).

29. Considerando que o preço-base do contêiner que deu origem ao Terceiro Termo Aditivo evidencia-se bastante superior ao valor das efetivas aquisições, essa análise aquiesce ao entendimento da unidade técnica no sentido de que a redução nos custos de aquisição deve beneficiar o Poder Público na mesma proporção em que os acréscimos são utilizados pelas empresas como fundamento para o restabelecimento do equilíbrio financeiro das avenças.

30. O principal argumento utilizado pela recorrente para justificar o valor repassado ao contrato aponta para a necessidade de acréscimo de custos ao valor médio dos contêineres adquiridos no período. No entanto, os motivos expostos a seguir não permitem o acolhimento de justificativas dessa natureza.

31. Inicialmente, importante destacar que, de acordo com as planilhas de custos que constam dos autos (fls. 3098/3100\*), também ao valor unitário do contêiner orçado em R\$ 38.890,00 foram agregados diversos custos que permitiram compor o montante de R\$ 119,10 por tonelada relativa ao item P1 repassado ao Contrato nº 9/2016. A composição de custos adotada pelo SLU/DF (fls. 3098/3100\*) seguiu os mesmos moldes apresentados nos autos pela própria empresa Valor Ambiental Ltda. (fls. 3002/3011\*)<sup>2</sup>, a exemplo da inclusão de custos com “Escavação e Lastro para Fundação”, além de custos com “Urbanização”. Importante destacar que os custos com “Urbanização”, criticados

---

<sup>2</sup> No documento em que a empresa Valor Ambiental Ltda. apresenta os custos para a formalização do termo aditivo, o valor do contrato passaria de R\$ 95,87 para R\$ 118,86 (fls. 3011\*), ou seja, similar ao preço efetivamente contratado, R\$ 119,10. A diferença se deu em função apenas alteração no período de expectativa do contrato (fl. 3055\*).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

pela recorrente no Quadro 3 (peça 170, págs. 10/11), têm fundamento em composição de custos do SINAPI (fl. 3057\*).

32. Portanto, a mesma metodologia deveria ter sido aplicada, considerando os valores efetivamente pagos pelos contêineres, a exemplo das aquisições no unitário de R\$ 21.100,00 (peça 152, págs. 14/16), para se chegar ao novo preço a ser pago por tonelada do item “P1 – Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares”. O fato é que todas as aquisições de contêineres efetivamente realizadas pela recorrente no período em exame (Quadro 1, peça 170, pág. 6) tiveram preços inferiores ao que fora repassado ao SLU/DF desde a assinatura do Terceiro Termo Aditivo.

33. A inconsistência da metodologia adotada pela recorrente se evidencia no momento em que calcula a média dos preços dos contêineres adquiridos no período e agrega os supostos custos adicionais/complementares no intuito de se aproximar ao valor orçado à época da formalização do termo aditivo. De acordo com a planilha de custos contratada (fls. 3098/3100\*), ao valor orçado do contêiner são agregados, em momento posterior, os demais custos que constituirão o preço por tonelada do item “P1 – Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares”. Na peça recursal, a recorrente agrega custos ao preço médio das aquisições para se chegar ao preço orçado do contêiner (peça 170).

34. Os supostos custos adicionais/complementares, que a recorrente defende a necessidade de serem agregados ao valor médio dos contêineres (peça 170, pág. 6), referem-se a custos de instalação, coleta e transporte que, segundo os autos, já estariam sendo contemplados na formação do preço por tonelada contratado, conforme demonstra-se a seguir.

35. A empresa Valor Ambiental Ltda., mediante o documento de 13 de julho de 2017 (fls. 3048\*), manifestou expressamente o interesse em relação ao acréscimo contratual decorrente da **aquisição e da instalação** dos contêineres, in verbis:

“Em resposta a vossa solicitação contida no Ofício nº 009/2017 – EXEC/DILUR/SLU de 12/07/2017, no sentido de que nos pronunciássemos em relação ao interesse em aditar o contrato supracitado com o objetivo de acrescer o serviço de **Coleta de Resíduos Sólidos**, - por conta da **instalação** de mais 35 Contentores Semienterrados, conforme Despacho nº 252-DITEC/SLU – qual passará a tonelada coletada para R\$ 119,17 (Cento e dezenove reais e dezessete centavos), sendo um aumento de 24,30% em relação ao preço anterior, vimos a informar a V. Sa. da plena **CONCORDÂNCIA** da VALOR AMBIENTAL Ltda. no acréscimo ora ofertado.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 13.552/15

*Por oportuno, lembramos que para providenciarmos o pedido/aquisição dos Contentores Semienterrados, objeto do Despacho acima referido, necessário se faz, que o competente Aditivo ao Contrato em referência esteja devidamente assinado entre as partes” (hachurou-se).*

36. Quanto aos argumentos de incremento de custos relativos a caminhões compactadores especiais trucados para a coleta dos contêineres, além dos aludidos dispositivos hidráulicos e de içamento específicos (peça 170, págs. 9 e 12), importante observar que o item 7.14.14.1 do Termo de Referência (fls. 3087\*) demonstra que os mencionados custos já eram de conhecimento da recorrente desde a realização do procedimento licitatório:

*“7.14.14.1 Contentor estacionário cilíndrico parcialmente enterrado (2/3) com tampa, fabricado em polietileno, esvaziado por meio de sistema de abertura do fundo **operado pelo cabo no caminhão tipo basculante de 20m³ ou compactador, equipados com guindaste veicular hidráulico** de 3.500kg x m de momento.” (grifou-se).*

37. Ainda, quando da análise do Termo Aditivo, a Procuradoria Jurídica do SLU/DF, mediante o Parecer nº 127/2017-PROJU/SLU, opinou no sentido de que fossem observados os requisitos previstos no Parecer Normativo nº 1540/2012PROCAD/PGDF, a exemplo de (fls. 3080/3081\*):

*“a) Justificativa técnica do Executor do contrato, estribada em razões de interesse público devidamente comprovados, em que se atestem (i) a necessidade do acréscimo ou supressão, (ii) o não desvirtuamento do objeto contratual e (iii) **a vantagem econômica de se proceder ao aditamento contratual, em contraposição a eventual deflagração de novo procedimento licitatório.**” (grifou-se)*

38. Em momento posterior, a titular do Núcleo de Contratos e Convênios do SLU/DF reiterou a necessidade de adotar providências com vistas à demonstração da vantagem econômica da contratação conforme tratado no Parecer nº 127/2017PROJU/SLU (fls. 3083/3084\*).

39. O atendimento da demanda relacionada à demonstração da vantagem econômica da contratação consta de documento emitido pelo titular da Diretoria Técnica do SLU, nos seguintes termos (fl. 3087\*):

*“2. A vantagem econômica em realizar o aditamento contratual em relação a um novo procedimento licitatório para a aquisição de contêineres semienterrados **se deve pela condição da empresa executora do contrato nº 09/2016 já ter adquirido os equipamentos necessários à coleta e***



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

**transporte dos resíduos sólidos urbanos acondicionados nesse tipo de contentor. O pagamento desses equipamentos de operação está sendo realizado através de depreciação e de juros de capital, conforme composição de custos.** Ao se efetivar um novo procedimento licitatório para aquisição de novos contêineres semienterrados e seus equipamentos, este ocasionaria uma desvantagem econômica, pois para isto deveria haver novos custos de depreciação e juros de capital em novo contrato.” (grifou-se)

40. Portanto, de acordo com o exposto, a empresa já teria adquirido, às custas do contrato firmado com o SLU/DF, os equipamentos necessários à coleta e ao transporte dos resíduos sólidos urbanos acondicionados nos contêineres semienterrados. Observe-se que, caso assim não fosse, restaria configurada, à época, a ausência de comprovação de vantajosidade econômica do aditamento e evidente a necessidade de realização de novo procedimento licitatório. Portanto, descabida a pretensão da recorrente de repassar, novamente, os aludidos custos à Administração Pública.

41. Contrariando a intenção da recorrente em agregar novos custos ao valor do equipamento, a redação da Cláusula Primeira, que trata do Objeto do Terceiro Termo Aditivo, demonstra que o novo valor contratado inclui custos relacionados à instalação e à substituição de contêineres, in verbis (fl. 3105\*):

“O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo, referente à **instalação** de mais 18 (dezoito) containers semienterrados e qualitativo referente à **substituição** de containers fabricados em aço galvanizado, ...” (grifou-se)

42. Além disso, o novo valor decorrente do aditivo firmado alterou o preço do Contrato nº 09/2016 por tonelada do serviço “P1 – Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares” (fl. 3106\*). Portanto, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo, os novos valores estabelecidos comportam, além dos mencionados custos com instalação e substituição de contêineres, aqueles relacionados à coleta e ao transporte dos resíduos situados em áreas de difícil acesso no Setor Habitacional Sol Nascente – Ceilândia.

43. Não constam dos autos comprovação de medidas adotadas à época pela recorrente com vistas à impugnação tanto do Edital quanto dos termos do aditivo que lhe fora sugerido com o intuito de acrescentar ao contrato os supostos custos ora alegados.

44. Portanto, atender ao pedido da recorrente resultaria em, ao menos, uma das seguintes irregularidades: pagamento em duplicidade por custos já incorporados e absorvidos pelo contrato



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

*ou; chancela da decisão pela não realização de realização de novo procedimento licitatório para a aquisição e instalação dos contêineres, a despeito da maior vantajosidade que poderia advir dessa alternativa.*

*45. Dessarte, sugere-se negar provimento ao pleito da recorrente.”*

9. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

*“I. tomar conhecimento da Informação nº 232/2020 – NUREC;*

*II. negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pela empresa Valor Ambiental Ltda. (peça nº 170), restaurando os efeitos da Decisão nº 1287/2020;*

*III. autorizar:*

*a) o conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida à recorrente, na pessoa de seu representante legal;*

*b) o envio de cópia dessa deliberação ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;*

*c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM, para as devidas providências.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

10. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 894/20-G3P (e-doc [29539B13-e](#)), de 11.11.2020, da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, aquiesce à proposta da Unidade Instrutória.

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

### VOTO

11. Nesta fase, examina-se o mérito do Pedido de Reexame interposto pela empresa Valor Ambiental Ltda. em face do inciso III da Decisão nº 1.287/20-CIMF, **in verbis**:

#### **DECISÃO Nº 1.287/20 (CIMF)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] III – com fulcro no art. 65, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993, c/c o art. 45 da LO/TCDF, determinar ao SLU/DF que adote as medidas necessárias para a restituição à autarquia dos valores pagos a maior à empresa Valor Ambiental Ltda., no curso do Contrato n.º 09/2016, relativos à diferença entre o valor do contêiner orçado no âmbito do Terceiro Termo Aditivo e aquele efetivamente praticado pela empresa contratada, conforme identificado nos autos em exame, promovendo-se, assim, o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, devendo a jurisdicionada observar o devido processo legal no âmbito administrativo e informar ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, o resultado das providências empreendidas; [...]*

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.”*

12. O Corpo Técnico, com aquiescência do **Parquet** especializado, sugere negar provimento ao apelo.

13. Passa-se à apreciação.

14. Não se vislumbram reparos à detalhada análise feita pela Unidade Instrutória sobre os argumentos apresentados pela recorrente, a qual incorporo ao presente Voto como razão de decidir, com o acréscimo dos comentários a seguir.

15. De fato, a recorrente não logrou êxito em elidir a constatação de que adquiriu uma parcela dos contêineres (de procedência nacional) por preço consideravelmente inferior àquele orçado quando da celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2016, no valor de R\$ 38.890,00 (de origem internacional).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

16. Conforme aduzido pelos Pareceres e já havia sido pontuado no Voto condutor deliberação atacada, da lavra do i. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO (e-doc 2F473329-e), independentemente da equivalência técnica dos produtos, faz-se necessário que essa diferença de valores seja restituída aos cofres públicos, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste inicialmente pactuado.

17. Em outras palavras, o lucro excessivo experimentado pela contratada, decorrente não de inovação ou de melhoria de processo, mas de redução de custo de aquisição de item previsto em termo aditivo, não deve ser apropriado pelo particular, e sim repassado à jurisdicionada, uma vez que, a partir do mencionado aditivo, o Serviço de Limpeza Urbana passou a remunerar a contratada com base em valores por tonelada do item licitado, os quais consideraram em sua composição o custo unitário do contêiner orçado (o valor passou de R\$ 95,87 para R\$ 119,10 por tonelada referente ao item P1 do contrato).

18. Ademais, não merece prosperar a alegação de que ao valor dos contêineres adquiridos por preço inferior devem ser agregados custos adicionais/complementares de instalação, coleta e transporte, pois, de acordo com o demonstrado pela Instrução, tais custos já estariam contemplados na formação do preço por tonelada inicialmente contratado e/ou seriam de conhecimento da contratada desde a realização do certame.

19. Como apontado nos §§ 39/40 da Informação nº 232/2020 – NUREC (e-doc DCE04A1D-e), o fato de a recorrente, responsável pela execução do Contrato nº 09/2016, já ter adquirido os equipamentos necessários no bojo do ajuste foi, inclusive, fator determinante na demonstração da vantajosidade em se aditivar o referido contrato em detrimento da realização de novo procedimento licitatório.

20. Por fim, vale mencionar que a jurisdicionada deverá observar o devido processo legal ao buscar a restituição dos valores pagos a maior no âmbito administrativo, consoante estabelecido no **decisum** guerreado, de modo que a empresa recorrente terá nova oportunidade para oferecer argumentos técnicos e questionar os valores então calculados.

Ante o exposto, em harmonia com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. negue provimento ao Pedido de Reexame interposto pela empresa Valor Ambiental Ltda. (e-doc 8E4CDFE4-c), mantendo íntegros os termos da Decisão nº 1.287/20;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 13.552/15

II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida à recorrente, na pessoa de seu representante legal, e ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF;

III. autorize:

a) o envio de cópia da decisão que vier a ser proferida ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM, para as devidas providências.

Sala das Sessões, 9 de dezembro de 2020.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
Conselheiro – Relator

**Distribuição antecipada**